

GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento

ISSN 2177-3688

CONCEITUAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO DO TERMO GÊNERO EM TESAuros: UMA ANÁLISE PELO VIÉS DA INTERSECCIONALIDADE E DA DECOLONIALIDADE

CONCEPTUALIZATION AND HIERARCHIZATION OF THE TERM GENDER IN THESAURIES: AN ANALYSIS THROUGH THE BIAS OF INTERSECTIONALITY AND DECOLONIALITY

Nathália Lima Romeiro - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Fabício José Nascimento da Silveira - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este texto tem por objetivo analisar a conceituação e as instâncias de hierarquização do termo gênero em dois tesauros especializados. Para tanto, recorre-se às discussões estabelecidas pela interseccionalidade e a decolonialidade com vistas a observar a existência de concepções hegemônicas e colonizadoras das identidades, dos desejos e dos relacionamentos afetivo-sexuais nesses instrumentos. Trata-se de um estudo teórico-experimental centrado em aproximar estudos de gênero em diálogo com as perspectivas da decolonialidade e da interseccionalidade às teorias da organização do conhecimento, adotando por premissa que os tesauros são instrumentos de referência para organização da linguagem. Empiricamente são examinados dois tesauros: o Tesauro Para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres (1998) e o Tesauro sobre orientação sexual e identidade de gênero (2020). Como resultado, sugere-se que a atualização, revisão ou criação de novos tesauros sobre gênero seja realizada considerando-se a intersecção com outras estruturas classificatórias como as categorizações étnico-raciais e de classe a fim de que o gênero não seja mais percebido de forma hegemônica. O que demanda que os tesauros sobre gênero incluam a interseccionalidade e a decolonialidade como referentes para descrição dos termos, uma vez que a inexistência ou supressão de ambos mantém estruturas normativas de poder, refletindo, sobretudo, saberes hierarquizados e colonialmente situados.

Palavras-chave: gênero; decolonialidade; interseccionalidade; organização do conhecimento; tesauros de gênero.

Abstract: This text aims to analyze the conceptualization and instances of hierarchization of the term gender in two specialized thesauri. To do so, we resort to discussions established by intersectionality and decoloniality to observe the existence of hegemonic and colonializing conceptions of identities, desire and affective-sexual relationships in these instruments. This is a theoretical-experimental study centered on approaching gender studies in dialogue with the perspectives of decoloniality and intersectionality to theories of knowledge organization, adopting the premise that thesauri are reference instruments for language organization. Empirically, two thesauri are examined: the Tesauro Para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres (1998) and the Tesauro sobre orientação sexual e identidade de gênero (2020). As a result, it is suggested that the update, revision or creation of new thesauri on gender be carried out considering the intersection with other classification structures such as ethnic-racial and class categorizations, so that gender is no longer perceived in such a hegemonic way. This demands that the thesauri on gender include intersectionality and decoloniality as references for the description of terms, since the inexistence or suppression of both maintains normative structures of power, reflecting, above all, hierarchical and colonially situated knowledge.

Keywords: gender; decoloniality; interseccionalidade; knowledge organization; gender thesaurus.

1 INTRODUÇÃO

Concepções universais acerca do que é gênero, tais como categorizações binárias do tipo homem e mulher, masculino e feminino, foram historicamente naturalizadas no contexto das mais diversas instituições e estruturas sociais. Todavia, apesar de orientarem tanto formas de comportamento quanto instâncias discursivas, elas não são capazes de explicar amplamente a diversidade das existências e relacionamentos humanos, posto que, enquanto uma classificação social, essas concepções de gênero foram concebidas com base em determinações presumidas, pautadas na diferenciação sexual dos indivíduos.

No território brasileiro, por exemplo, as construções sociais de gênero e identidades sexuais foram fixadas, em sua maioria, a partir da colonialidade¹. Conceito que explica a colonização como um sistema produtor de desigualdades em que constantemente se atualizam os procedimentos por meio dos quais se mantém a violência, utilizando-se, para tanto, das construções de gênero, classe e raça como aportes de exploração e dominação dos povos em territórios colonizados (QUIJANO, 2010; LONGHINI, 2018, 2022).

Tendo isso por referência, este estudo objetiva investigar como o conceito de gênero é apresentado e hierarquizado em tesouros sobre gênero. Proposição que será constituída com base na crítica à colonialidade de gênero enquanto sistema de classificação social e na definição do termo gênero em tesouros especializados no assunto, adotando, para tanto, uma perspectiva interseccional.

Metodologicamente foram adotados os seguintes procedimentos: 1) pesquisa bibliográfica apoiada em estudos de gênero pelos vieses da decolonialidade e da interseccionalidade, teorias da classificação e apresentação dos tesouros enquanto instrumentos de referência utilizados para indexação e classificação de documentos; e 2) análise interpretativa do vocábulo gênero apresentado nas notas de escopo e definições do conceito nos seguintes instrumentos: **Tesouro Para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres** (1998), ferramenta criada nos anos 1990, cuja abordagem se concentra em uma perspectiva feminista e o **Tesouro sobre orientação sexual e identidade de gênero** (AMORIM, 2020),

¹ Aníbal Quijano define a colonialidade como “um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista” (QUIJANO, 2010, p. 68), sistema sustentado, sobretudo, pela imposição de uma classificação racial.

vocabulário controlado que se propõe a incluir de forma mais ampla as diversidades de gênero e sexualidade.

A escolha desses tesouros levou em consideração o fato do primeiro ser uma das principais referências quando pesquisamos tesouros sobre gênero, conforme demonstrado por Gontijo (2014) e Xavier e Sabbag (2019); e o segundo por ser um instrumento criado mais recentemente com o propósito de abarcar maior diversidade de identidades de gênero e sexualidade para além de uma perspectiva feminista.

2 CLASSIFICAÇÃO SOCIAL DOS CORPOS E DOS AFETOS VIA IDENTIDADES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Os estudos de gênero ganharam maior visibilidade a partir do movimento feminista, apresentando-se como via discursiva crítica ante a opressão de gênero instaurada por homens e experienciada por mulheres, principalmente em termos da reivindicação pelos direitos ao sufrágio, à educação e ao trabalho, o que fora caracterizado como primeira onda do movimento feminista. Posterior a isso, na segunda onda, as pautas e reivindicações foram alargadas para englobar os direitos reprodutivos, criticando especialmente a designação da mulher como a responsável pela geração e criação de crianças em detrimento da liberdade de escolha sobre o corpo, desejo sexual, carreira e demais interesses das mulheres que se sobrepõem à maternidade.

Somente a partir da terceira onda que ganharam evidência as reivindicações sobre o corpo e direitos reprodutivos para além da cisgeneridade². Com isso as questões de gênero foram dilatadas, concomitante aos protestos e exigências dos movimentos gays e lésbicos, atualmente compreendidos como movimento LGBTQIAPN+³, os quais lutam pelo direito à liberdade de sexualidade (afetiva e sexual) para além da heterossexualidade. No cerne desses contextos, gênero é percebido e posicionado como uma construção social (SCOTT, 1995). Ou seja, como categoria não mais essencialmente conectada ao feminismo, ampliando-se para abarcar dimensões étnico-raciais e estudos *queer*, bem como para acentuar, via interseccionalidade, o protagonismo de pessoas não-brancas, periféricas e transgêneras em

² Conceito que remete a uma pessoa que tem anatomia, sexo e biologia alinhados com o gênero ao qual se identifica.

³ Sigla reconhecida pelo movimento político-social que luta pela representação da diversidade de orientação sexual e dos direitos de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis, Queers, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias, entre outras.

diferentes territórios (SCOTT, 1995; BUTLER, 2018a; BEAUVOIR, 2014; CONNEL; PIERCE, 2015; KILOMBA, 2019; HOOKS, 2019; ROMEIRO; SILVEIRA, 2022).

Atentando para isso, a interseccionalidade é evocada e operacionalizada no contexto deste trabalho em consonância com as proposições de Kimberlé Crenshaw (2002), para quem analisar aspectos sociais definidores de um indivíduo ou grupo requer conjugar dois ou mais eixos de subordinação constitutivos de sua realidade histórica, política e material. Isso pode ser exemplificado a partir do entrecruzamento das questões de gênero com marcadores sociais de sexualidade, idade, localização geográfica, classificação econômica, experiência religiosa religiosidade, entre outros.

Aporte teórico-operacional que nos ajuda a compreender que, embora gênero e feminismo tenham significados diferentes – posto que gênero é quase sempre tomado como um termo guarda-chuva – é evidente que ambos têm como prerrogativa a crítica ao patriarcado e o questionamento à cisheteronormatividade⁴. Apesar de terem surgido nos Estados Unidos e Europa, os estudos de gênero e interseccionalidade foram amplamente apropriados em outros territórios, inclusive na América Latina. Entretanto, esses estudos por si só não são capazes de denunciar todas as formas de opressão de gênero experienciadas em territórios colonizados, marcadamente por não alcançarem particularidades específicas oriundas da colonização: o etnogenocídio dos povos originários, o estupro de mulheres não-brancas, o branqueamento da população via políticas de mestiçagem e a classificação binária das identidades de gênero (TAYLOR, 2013; LUGONES, 2020; SEGATO, 2021).

Tendo em vista esse conjunto de marcadores sócio-históricos, entendemos que as relações agenciadas pela colonização e a colonialidade de gênero são condicionantes estruturais impostos via procedimentos violentos (CONNEL, 2016; SEGATO, 2021). Isso porque as práticas colonizadoras incidem sobre a construção de identidades sociais valendo-se tanto da hegemonização das relações sociais quanto pelo compartilhamento/imposição de uma mesma cultura. O que foi feito em Abya Yala⁵ guiando-se pelo seguinte roteiro: a) exploração e divisão territorial; b) genocídio dos povos originários; c) colonialidade do ser, do saber e do poder – incluindo o processo de catequização e escravização, a definição do catolicismo como religião oficial e a imposição do calendário católico; d) a obrigatoriedade do idioma do

⁴ Conceito que remete à produção de ideais regulatórios e socialmente difundidos a respeito das identidades de gênero e padrões de sexualidade baseados em normativas coloniais, espalhadas por diferentes projetos políticos incluindo o neoliberalismo, o fundamentalismo e os discursos tácitos de aceitação.

⁵ Como era nomeado, antes da colonização, o território que hoje conhecemos como Continente Americano.

colonizador como oficial e definição dos sujeitos de direito (majoritariamente homens brancos); e) ocupação do território, privatização da terra e instauração das monoculturas; f) classificação binária de gênero por meio da consolidação de estereótipos sociais (o que significa ser homem e mulher) e a exploração sexual, reprodutiva e do trabalho doméstico não remunerado das mulheres; g) a criação da propriedade privada, da herança e, consequentemente, a valorização da família nuclear (cigênera) e da monogamia como prática aceita, h) a naturalização da heterossexualidade (para estimular a produção de herdeiros e mão de obra), e, i) a condenação e demonização de práticas subversivas à cisgeneridade, heterossexualidade e monogamia (BUTLER, 2018b; CONNEL, 2016; FEDERICI, 2017; LONGUINI, 2018 e 2022; LUGONES, 2020; SILVA, 2020; SEGATO, 2021; WITTIG, 2022).

Esse roteiro explicita a forma pela qual desenhos sociais como patriarcado, colonialidade, racismo e capitalismo se entrecruzaram na produção das desigualdades. Assim, por ser a normalização o método mais efetivo de sujeição de uma pessoa ou grupo, foi instituída uma visão de mundo universalizante (colonial), na qual os símbolos e signos – tanto os linguísticos quanto os culturais – foram institucionalizados (burocratizados). Nessa direção, para atingir o objetivo de colonizar o território, além de utilizar o racismo como método de subordinação, outro mecanismo deu suporte à essa estrutura colonial: a imposição de um sistema sexo/gênero binário, definindo como únicas possibilidades aceitas ser homem ou mulher, excluindo, em consequência disso, a existência de pessoas intersexo ou transexuais, por exemplo. Aparato normalizador que tinha como principal objetivo favorecer o sistema econômico capitalista via acumulação de bens e riquezas (FEDERICI, 2017; LUGONES, 2020).

Como consequência, foram difundidas estratégias cujo propósito era suportar a estrutura de dominação pela subordinação e institucionalização da ideia de ordem. Conjuntura que explica a invenção de um sistema colonial moderno agenciado a partir do racismo, da cisheteronormatividade enquanto aparato normalizador dos corpos e da heteronormatividade enquanto dispositivo ideológico dos afetos, uma concepção que posiciona a heterossexualidade como sexualidade correta e quem disside como errado ou perverso.

Rita Segato (2021) e Geni Longhini (2022) complementam essa discussão ao ressaltarem que parte do sucesso do empreendimento colonial se deu por meio da exploração das mulheres, uma vez que elas eram percebidas como fundamentais no processo de ocupação do território e para o desenvolvimento da colônia, posto gerar herdeiros e

reproduzir mão de obra escravizada, além de serem responsabilizadas pelo trabalho doméstico. Concomitante à exploração das mulheres, era primordial que houvesse a regulação da sexualidade, posto que práticas sexuais dissidentes da heteronormatividade não têm por prerrogativa a reprodução.

Os exemplos citados são apenas algumas das estratégias de dominação utilizadas na formação do Brasil e que ainda hoje persistem, dado que, como explica Geni Longhini (2018, 2022), a colonização ainda não acabou e a colonialidade constantemente renova suas práticas com base nos valores sociais convenientes a uma elite que classifica subjetivamente as pessoas a partir de ideologias de gênero em defesa da família nuclear ou “família cristã”. Trata-se, pois, de uma mentalidade que se solidificou à luz da branquitude, do racismo, da cisnormatividade, da heterossexualidade e da monogamia (BENTO, 2002; OYĚWÙMÍ, 2004; LONGHINI 2018, 2022; COLLINS, 2020). Atentando para isso, propomos que tais imposições sobre corpos e afetos sejam tensionadas pelo estabelecimento de contínuos processos de desnaturalização ou desclassificação dos dispositivos hegemônicos que enquadram o que é ser homem ou mulher, heterossexual ou dissidentes da heterossexualidade.

Razão pela qual reconhecemos como válida a necessidade de alargarmos o conhecimento sobre a temática gênero, considerando, para tanto, sua diversidade de tratamento, bem como os sujeitos e as fontes de informação que modulam essa categoria, o que será discutido aqui pela via da conceituação e hierarquização da linguagem. Para isso, nos apropriaremos das teorias da organização do conhecimento, como a teoria do conceito (DAHLBERG, 1978), o desenvolvimento da organização do conhecimento na Ciência da Informação (SOUZA, 2007) e dos tesouros enquanto instrumentos utilizados para indexação e classificação de documentos.

3 CONCEITUAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

A construção e recuperação de significados para as palavras e as coisas não se restringe à simples operação de localizar as definições autorizadas por um dicionário, instrumento que muitas vezes utilizamos para sanar dúvidas sobre os sentidos atribuídos a um vocábulo específico. Ainda que essas obras funcionem como bússolas na busca pelo significado, nenhum dicionário é capaz de transmitir a totalidade de possibilidades léxicas e de usos sociais que a palavra examinada congrega em torno de si. Nessa perspectiva, Medeiros (2021, p. 73) acentua que dicionários são instrumentos de referência criados com base em três aspectos

principais, quais sejam: “o discurso dominante e/ou contraditório de uma época”; “a filosofia da época” e o engajamento militante “que o dicionário representa, relacionado à ideia que se tem de língua”, aspectos que ousamos estender a outros instrumentos de referência como os Tesouros.

Não foi ingenuamente, pois, que Ingetraut Dahlberg (1978) buscou explicar a importância, as funções, as técnicas para aplicação e as espécies das definições concernentes à conceituação de palavras e termos no campo da Organização do Conhecimento. Ao fazer isso ela expôs que diferentes teóricos/as, seja por concordância ou dissonância, tentam definir ou descrever os sentidos de uma palavra instaurando um consenso segundo o qual definições são indispensáveis na argumentação e nas comunicações, sejam elas científicas ou não. A autora destacou que ao se definir um conceito, promove-se, *pari passu*, uma restrição, ou seja, se estabelece um limite ao seu significado. Ressalta, ainda, que não há necessidade de atribuir significado a todo conceito existente, posto que apenas os conceitos mais gerais precisariam ser definidos. Nessa perspectiva, os conceitos específicos ou individuais, conforme nominados pela autora, não precisariam de definições tão fixas pois estariam conectados às formas do tempo e do espaço.

Baseados nessa argumentação, entendemos que, referente ao gênero enquanto construção social, é apropriado considerá-lo como um conceito mais geral (ou uma classe principal) no campo dos estudos de gênero. Nessa ótica, as identidades de gênero e sexualidade, particularmente em uma dimensão interseccional, são lidas como categorias mais específicas, as quais não carecem de uma definição estritamente limitada. Assim, compreendemos que categorias como mulher, homem, heterossexual ou homossexual, por exemplo, foram fixadas, ou seja, estão propositalmente presas a um único significado, posto serem uma invenção colonial.

Seguindo uma via de entendimento similar, mas tendo por base os sistemas de classificação bibliográficos enumerativos – considerados universais dada a abrangência das áreas que reúne –, Souza (2007) explica que mesmo sendo estabelecidas as classes principais – conectadas a disciplinas – não é possível afirmar que um sistema de classificação teria o poder de categorizar e relacionar todo e qualquer conhecimento existente, o que nos permite interpretar que alguns itens, seres, informações e conhecimentos podem estar em situação de não-lugar ou serem agrupados em uma categorização meramente por não possuírem qualquer semelhança com outro item dentro da mesma estrutura padronizada. Nessa direção,

assume-se, recorrendo ao pensamento de Rosali Fernandez de Souza (2007), ser comum que os instrumentos não deem conta de agrupar todos os elementos envolvidos.

À vista disso, a autora entende que a organização do conhecimento, independente do aporte utilizado, se estabelece por meio de dois referenciais fundamentais: “o que” em termos informacionais e “para quem” como finalidade/destino. Com base nisso, a criação de instrumentos classificadores (como as taxonomias, ontologias e classificações bibliográficas) é entendida como um ato de agência inventado por pessoas que ocupam determinada posição de poder – e privilégio – instituindo, dessa forma, a ordenação do mundo a partir de pontos de vista político-ideológicos, institucionais e/ou de marcadores espaço-temporais específicas. Nessa ótica, classificar é tratado aqui, em consonância com Souza (2007), como uma escolha entre outras organizações possíveis dos seres, saberes, lugares e coisas com o intuito de encontrar e induzir a convicção de que as razões para a formação das categorias ou classes são suficientemente satisfatórias.

Em face disso e dos objetivos que amparam a realização deste estudo, nossas análises privilegiam os Tesouros como instrumentos de organização do conhecimento que privilegiam a linguagem e seu controle terminológico. Os Tesouros são, pois, repertórios conceituais nos quais os termos que o compõem são organizados de forma alfabética e hierárquica a partir de termos gerais, específicos, relacionais, passíveis ou não de notas explicativas, entre outras atribuições definidas por quem os cria. São utilizados para traduzir uma linguagem em forma de representação tanto na busca por significados das palavras quanto pelo seu uso como instrumento de consulta em atividades de indexação e classificação de documentos com o propósito de promover uma recuperação da informação mais conectada à linguagem usual ou naturalizada (SOUZA, 2007; SOUSA; TOLENTINO, 2018).

A título de observação da realidade, ou seja, a fim de se tentar apreender como pesquisadoras e pesquisadores da organização do conhecimento têm discutido questões de gênero via análise de instrumentos de referência voltados para a linguagem, nos deparamos com quatro referências: a comunicação “Linguagens documentárias e a construção do pensamento crítico: reflexões sobre o tesouro para estudos de gênero e sobre a mulher” (GONTIJO, 2014); o artigo “A representação do domínio “gênero” no âmbito das linguagens documentárias: um mapeamento conceitual em instrumentos terminológicos” (RIBEIRO; DECOURT; ALMEIDA, 2017); o artigo “Aspectos machistas na organização do conhecimento: a representação da mulher em instrumentos documentários” (SOUSA; TOLENTINO, 2017); e, a

comunicação “A representação das questões de gênero em instrumentos terminológicos: tesauro da UNESCO e tesauro de gênero” (XAVIER; SABBAG, 2019).

Conjunto de textos que se aproximam da discussão aqui proposta na medida em que se dispõem a analisar Instrumentos de linguagens documentárias a partir do reconhecimento de desigualdades de gênero, mas que se diferenciam na abordagem por não dialogarem com a teoria decolonial. Nessa direção, percebemos que Gontijo (2014), Sousa e Tolentino (2017) e Xavier e Sabbag (2019) coadunam com uma perspectiva crítica feminista que versa sobre as desigualdades de gênero enfrentadas por mulheres ante uma estrutura patriarcal, refletindo sobre as relações entre homens e mulheres. Em contrapartida, o artigo de Ribeiro, Decourt e Almeida (2017) se diferencia dos anteriores por apresentar o conceito de forma mais abrangente, reconhecendo a dimensão interseccional do gênero ao definir gênero como construção social, incluindo nas análises categorias como identidade de gênero e sexualidade para além da binaridade e da heterossexualidade. Não obstante, em nenhum deles o gênero foi abordado considerando os efeitos da colonização, sendo este o diferencial da nossa investigação.

Avançando na argumentação, definimos como proposição analítica investigar como os Tesauros sobre gênero se apropriam do vocábulo gênero, especialmente nas notas explicativas (notas de escopo), na definição e na hierarquização do conceito. É nosso interesse, pois, investigar se gênero é apropriado de forma mais abrangente que uma identidade ou viés específico e se os instrumentos estudados apresentam alguma crítica à colonialidade de gênero. Para tanto, os tesauros abaixo descritos foram convertidos em objetos de nosso estudo:

- **Tesauro Para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres** de Cristina Bruschini, Danielle Ardaillon e Sandra G. Unbehaum (1998): trata-se de um instrumento que se propõe a discutir gênero a partir da perspectiva feminista;
- **Tesauro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero** de Rodrigo Amorim e Milo Carvalho sob a orientação de Benildes Maculan (2020): foi elaborado tendo em vista a população LGBTQIAPN+ e pessoas pesquisadoras. Em sua apresentação está expresso o propósito de incluir de forma mais ampla as diversidades de gênero e sexualidade.

Salientamos que esses tesouros foram criados tendo por referente representações sociais específicas, tais como o movimento feminista e LGBTQIAPN+. Nesse sentido, infere-se que o engajamento mobilizado em suas construções reflete a formação de alianças em defesa de grupos historicamente subalternizados, o que converge com os aspectos apresentados por Medeiros (2021), que qualifica a criação desses instrumentos de referência baseados no discurso, na filosofia e no engajamento social de um tempo e espaço específicos.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O **Tesouro Para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres (Tesouro 1)** organiza em ordem alfabética e sistemática cerca de 1.750 termos, evidenciando em cada um deles sua estrutura conceitual por meio da vinculação entre os conceitos representados, ou seja, cada termo essencialmente está relacionado hierarquicamente ou por associação a outro. Essa organização mostra cada termo com sua ascendência ou termo genérico, sua descendência ou termos específicos e ligações com termos relacionados. Além disso, indica os termos cujo uso é recomendado ou por quais devem ser substituídos. Cada termo é classificado pela área temática à qual pertence e por eventual nota explicativa quando necessário (BRUSCHINI; ARDAILLON; UNBEHAUM, 1998).

O **Tesouro sobre orientação sexual e identidade de gênero (Tesouro 2)** é um tesouro on-line desenvolvido no *software Thesa* - Tesouro Semântico da UFGRS, abrangendo 130 termos apresentados em ordem alfabética. Tem como característica o relacionamento facetado dos termos com base em orientações que compõem o sistema de classificação PMEST de Ranganatham (personalidade, matéria, energia, espaço (não usada), tempo (não usada)). Os termos são acompanhados por notas de definição e, quando necessário, notas de escopo⁶. Além disso, termos específicos e termos relacionados também modulam sua estrutura hierárquica. Diferente do tesouro anterior, este não apresenta a vinculação dos termos a uma ou mais áreas do conhecimento. A sintetização da conceituação e hierarquização do termo gênero nos dois tesouros está especificada no **quadro 1**.

Quadro 1 – Conceituação e hierarquização do termo gênero em tesouros

TESAUROS	CONCEITUAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO
Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres (tesouro 1)	NOTA DE ESCOPO: Princípio que transforma as diferenças biológicas entre os sexos em desigualdades sociais estruturando a sociedade sobre a assimetria das relações

⁶ Não há explicação específica sobre o que significa nota de escopo neste instrumento.

	entre homens e mulheres. Usar “gênero” para todas as referências de ordem social ou cultural, e “sexo” para aquelas de ordem biológica. ÁREA TEMÁTICA: Ciências Sociais e Cultura; História e Mudança Social TERMOS RELACIONADOS: construção social da realidade, divisão sexual do trabalho, estudos de gênero, classe e raça, estrutura social, ideologia de gênero, organização social, relações de gênero, sexo, socialização.
Tesouro sobre orientação sexual e identidade de gênero (tesouro 2)	DEFINIÇÃO DO CONCEITO: É uma estrutura de dominação simbólica, materializada na organização social e nos corpos, resultante de um processo de construção sociocultural com base nas diferenças sexuais percebidas. NOTA DE ESCOPO: Princípio que transforma as diferenças biológicas entre os sexos em desigualdades sociais estruturando a sociedade sobre a assimetria das relações entre homens e mulheres. Usar “gênero” para todas as referências de ordem social ou cultural, e “sexo” para aquelas de ordem biológica ⁷ . TERMO ESPECÍFICO: Identidade TERMO RELACIONADO: Identidade de gênero

Fonte: Adaptado de Bruschini, Ardaillon e Unbehau (1998) e Amorin, Carvalho e Maculan (2020).

Conforme já indicado, o **Tesouro 1** constitui-se em instrumento que se propõe a discutir gênero a partir da perspectiva feminista, oriundo de movimentos sociais e discussões realizadas nos anos 1990 no Brasil, as quais tinham por mote problematizar o gênero pondo em centralidade as desigualdades impostas às mulheres no cerne das relações sociais. Nessa ferramenta, o termo **Gênero** foi definido em nota de escopo como aquilo que transforma diferenças biológicas em desigualdades sociais, situando a existência dessas diferenças especificamente entre as identidades de gênero homem e mulher por meio da palavra “assimetria”. Estratégia que revela uma hierarquização na classificação social desses sujeitos, posto que uma categoria tem mais poder que a outra. Crítica também agenciada pelos estudos de gênero, tanto os vinculados ao feminismo quanto aqueles mais próximos a uma perspectiva interseccional, a qual lança luzes sobre as representações da diversidade de sexualidade e sobre marcadores étnico-raciais (HOOKS, 2019; BEAUVOIR, 2014 e CONNEL; PIERCE, 2015), ou correlacionados aos estudos críticos da colonialidade de gênero (LUGONES, 2020; SEGATO, 2021 e LONGHINI, 2022). Entretanto, a nota não inclui em seu enunciado geral existências que extrapolam a cisnormatividade, o que acaba por excluir pessoas intersexuais, agênero e pessoas trans não-binárias em sua definição de gênero. Isso revela que essas existências estão em situação de não-lugar nesse instrumento de organização do conhecimento, uma vez que não possuem, nessa forma de classificação social, similaridade com nenhuma das duas categorias privilegiadas pelo tesouro (SOUZA, 2007).

⁷ Exatamente igual ao tesouro 1, sem referência.

Em paralelo a isso, a vinculação do termo com as áreas de conhecimento “Ciências Sociais e Cultura” e “História e Mudança Social” estão conectadas com nossa interpretação de gênero como algo socialmente construído. Vinculação também percebida na recomendação para que se use “gênero” para referências de ordem social ou cultural e “sexo” para as de ordem biológica, revelando mais uma vez a proximidade com as discussões comuns à segunda onda do feminismo que concentrou as discussões no direito reprodutivo (ROMEIRO; SILVEIRA, 2022). Ademais, quando avaliados os termos relacionados, faz-se evidente a intersecção com as dimensões de classe e pertencimento étnico-racial através dos termos “divisão sexual do trabalho”, “estudos de gênero, classe e raça” e uma possibilidade de intersecção não cis-normativa por meio dos termos “socialização” e “ideologia de gênero”. Entretanto, para que seja aplicado como crítica à cisheteronormatividade, considera-se necessário haver um conhecimento prévio sobre esses assuntos por parte de quem utiliza o instrumento.

O **tesauro 2** foi elaborado tendo como por foco a população LGBTQIAPN+ e pessoas pesquisadoras. Assim, inclui as diversidades de gênero e sexualidade para além da cisheteronormatividade, o que possibilita uma vinculação com a interseccionalidade. Enquanto definição é evidente a perspectiva mais abrangente sobre o conceito de gênero, posto que fora definido como “uma estrutura de dominação simbólica, materializada na organização social e nos corpos, resultante de um processo de construção sociocultural com base nas diferenças sexuais percebidas” (AMORIN; CARVALHO; MACULAN, 2020). É possível dizer, então, que essa definição abrange a dimensão da interseccionalidade sobre gênero, especialmente por não a associar a nenhuma identidade de gênero específica e pelo embasamento em diferenças sexuais percebidas, portanto, não fixadas na cisheteronormatividade (CONNEL; PIERCE, 2015; BUTLER, 2018b; LUGONES, 2020; SEGATO, 2021; LONGHINI, 2022). Contudo, esse instrumento apresenta na nota de escopo o mesmo conteúdo da nota do Tesauro 1 sem referenciá-lo, o que para nós é desnecessário uma vez que a definição anterior dá conta de designar o conceito de forma ampla, possibilitando sua melhor compreensão. A vinculação ao termo específico “identidade”, sem complemento, não diferencia se o que está se tratando é, na verdade, de diversidade de gênero, sexualidade e/ou marcadores étnico-raciais, o que não ocorreu na atribuição de relacionamento com o termo identidade de gênero na exposição do termo relacionado.

Apesar de haver possibilidade de aproximação das definições agenciadas em ambos os instrumentos com dimensões também criticadas pelos estudos decoloniais, não percebemos

uma vinculação específica a esse viés. Essa relação só é possível se existir um conhecimento prévio sobre o assunto. Nesse sentido, sugerimos que a colonialidade de gênero seja incluída em uma possível atualização ou revisão desses tesouros, uma vez que eles foram idealizados para representar conhecimentos e discursos em um país colonizado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo definiu como seu principal objetivo investigar de que maneira o conceito de gênero é apresentado e hierarquizado em dois tesouros, estabelecendo como aporte crítico tensionamentos formulados pelas perspectivas decoloniais e interseccionais dos estudos de gênero. Com base nesses referentes, concebemos gênero como uma construção social inventada que, na ótica da colonização (colonialidade de gênero), hierarquiza (classifica) pessoas e relacionamentos por meio do agrupamento e diferenciação de corpos e afetos que possuem a mesma origem, orientação ou características semelhantes sob uma noção de domínio da realidade. Nesse sentido, entendemos que a construção social do gênero se mostra diretamente conectada a relações de poder. Com isso, da mesma forma que foram classificadas – e impostas – essas relações podem ser desclassificadas, reconstruídas e ampliadas a partir da descolonização de saberes culturalmente naturalizados.

Após análise dos tesouros aqui apresentados, constatamos que há possibilidade de se efetuar a aproximação das definições formuladas em ambos os instrumentos com dimensões também criticadas pelos estudos interseccionais e decoloniais sobre gênero, mesmo que não haja uma vinculação explícita com esses vieses na elaboração de cada ferramenta. Em contraponto a isso, reconhecemos a existência de um Tesouro que essencialmente se propõe a refletir gênero em uma perspectiva interseccional e decolonial: o tesouro **Coexistência - thesaurus de interseccionalidade e questões decoloniais: estudos negros, gênero, sexualidade e estudos feministas**, projeto desenvolvido por Maria Aparecida Moura (2023) e vinculado à Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI-UFMG). Entretanto, por se tratar de um instrumento ainda em construção e por não haver definição e hierarquização de todos os termos, não foi possível integrá-lo à nossa pesquisa.

Como consideração final, sugerimos que a atualização, revisão ou criação de novos tesouros sobre gênero priorize a intersecção com outras estruturas classificatórias como as categorizações étnico-raciais, de classe, da condição humana (com e sem deficiência), a fim de que o gênero não seja mais percebido de forma hegemônica. Nesse sentido, a binaridade,

a monogamia e a heterossexualidade poderão ser tensionadas como estruturas sociais que hegemonizam as possibilidades plurais de identidade de gênero, manifestação do desejo e relacionamentos, produzindo desigualdades. Consideramos ser necessário, ainda, que os Tesouros sobre gênero incluam a interseccionalidade e a decolonialidade como referentes para descrição dos termos, uma vez que a inexistência ou supressão de ambos consolida, em boa medida, a manutenção de estruturas hegemônicas que refletem de forma elucidativa saberes colonizados sobre gênero.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de Doutorado para a primeira autora desse artigo.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Rodrigo; CARVALHO, Milo; MACULAN, Benildes. **Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero**. Thesa - Tesouro Semântico da UFRGS (software). 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/tesouros/index.php/thesa/terms/283>. Acesso em: 11 jul. 2023.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das letras, 2022.

BRUSCHINI, Cristina; ARDAILLON, Danielle; UNBEHAUM, Sandra G. **Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a.

BUTLER, Judith. Política de gênero e o direito de aparecer. In: BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b. p. 75-110.

COLLINS, Patrícia Hill. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 271-312.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016.

CONNELL, Raewyn; PIERCE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 set. 2023.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115/115>. Acesso em: 14 set. 2023.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

GONTIJO, Miriam. Linguagens documentárias e a construção do pensamento crítico. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, ANCIB, [s.l.], v. 7, n. 1, p. 1-14, 2014. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/343/343>. Acesso em: 14 set. 2023.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?**: mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo do cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LONGHINI, Geni Daniela Núñez. **Mãe (nem) sempre sabe**: existências e saberes de mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais. 166f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/189944>. Acesso em: 14 set. 2023.

LONGHINI, Geni Daniela Núñez. **Nhande ayvu é da cor da terra**: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude. 132f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/241036>. Acesso em: 14 set. 2023.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 53-83.

MEDEIROS, Laís Virginia Alves. Quais sentidos para gênero? Uma análise de dicionários. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 21, p. 71-93, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/t3FxpJ87xxKQvHwQZgBd9DF/>. Acesso em: 14 set. 2023.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.).

Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 84-94.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

RIBEIRO, Ana Rosa Pais; DECOURT, Beatriz; ALMEIDA, Tatiana. A representação do domínio “gênero” no âmbito das linguagens documentárias: um mapeamento conceitual em instrumentos terminológicos. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 208-234, 2017. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31449>. Acesso em: 14 set. 2023.

ROMEIRO, Nathália Lima; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Apropriação dos estudos de gênero por trabalhos apresentados nos encontros nacionais de pesquisa em pós-graduação em ciência da informação/ENANCIBS de 2018-2021. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre, UFRGS, 2022. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxii/enancib/paper/viewFile/1158/806>. Acesso em: 14 set. 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-95, 1995. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/257862>. Acesso em: 14 set. 2023.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. Colonialidade do saber e dependência epistêmica na Biblioteconomia: reflexões necessárias. *In*: CARDONA, Natalia Duque; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. (Org.). **Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação**: contribuições da Colômbia e do Brasil. Florianópolis: Rocha, 2020. p. 119-202.

SOUSA, Brisa. Pozzi.; TOLENTINO, Vinícius de Souza. Aspectos machistas na organização do conhecimento: a representação da mulher em instrumentos documentários. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 166-207, 2017. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31448>. Acesso em: 14 set. 2023.

SOUZA, Rosali Fernandes de. Organização do conhecimento. *In*: TOUTAIN, Lúdia Maria Batista Brandão (Org.). **Para entender a Ciência da Informação**. Salvador: Edufba, 2007.

TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório**: performance e memória cultural nas Américas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

WITTIG, Monique. **O pensamento hetero e outros ensaios**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

XAVIER, Ana Laura Silva.; SABBAG, Deise Maria Antonio. A representação das questões de gênero em instrumentos terminológicos: tesauro da UNESCO e Tesauro de Gênero. *In*: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2019, Londrina. **Anais [...]** Londrina: UEL SECIN, 2019. Disponível em:
<http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2019/secin2019/schedConf/presentations>.
Acesso em: 14 set. 2023.